

Intervenção da Senhora Secretária de Estado da Valorização do Interior no evento:

Policies for Engaged Universities

“Mobilizing agendas for Inland Regions”

27 de janeiro de 2021

Os três principais pilares da nossa atuação são a **resiliência**, a **transição climática** e a **transição digital**.

As opções nacionais integradas nomeadamente no nosso Plano de Recuperação e Resiliência focam-se em três prioridades, plasmadas nos seguintes roteiros:

- 1) **redução das vulnerabilidades sociais;**
- 2) reforço do potencial produtivo nacional e das condições para a **retenção e criação de emprego;**
- 3) ambição de assegurar um **território competitivo externamente e coeso internamente.**

Para abraçar todos estes desafios é muito importante a consolidação de dinâmicas e agendas Mobilizadoras que juntem atores relevantes do território, a começar pelas Instituições de Ensino Superior/Centros de Conhecimento e de Investigação em parceria com empresas, autarquias e associações. Urge **reforçar o potencial produtivo nacional e criar condições para a retenção e criação de emprego.**

É essencial a aposta no:

- ✓ **No Investimento e na Inovação;**
- ✓ **Nas Qualificações e nas Competências;**

A convergência de Portugal com a Europa até 2030, exigirá um aumento da competitividade da economia com base em iniciativas estruturantes e transformadoras, sustentadas em plataformas de inovação e investigação, em condições de emprego qualificado, na endogeneização de tecnologia por parte do tecido industrial, e no aumento do investimento público e privado em I&D.

Neste contexto, é imperativo garantir o crescimento acelerado das empresas com base na inovação e na diversificação produtiva e da estrutura da economia, criando novos

empregos, que substituam aqueles que eventualmente destruídos no contexto da crise atual.

Este crescimento terá de ser suportado no Programa de Recuperação e Resiliência, no novo Quadro Financeiro Plurianual e noutros fundos comunitários e nacionais, através de, medidas seletivas e diferenciadoras com o objetivo de:

- ✓ tornar a economia mais capacitada por via da inovação (designadamente de base científica, tecnológica, organizativa e de gestão), em associação com a diversificação produtiva baseada no desenvolvimento de plataformas para a promoção de serviços inovadores de elevado valor acrescentado e orientada para a sua exportação;
- ✓ continuar a melhorar, alargar e internacionalizar o Sistema Científico e Tecnológico e a sua articulação com as redes de conhecimento internas e externas às empresas, facilitando o acesso a mercados globais e competitivos;
- ✓ reforçar a diversificação e diferenciação dos ecossistemas de especialistas, centros tecnológicos, instituições de I&D e empresas, tendo por base iniciativas que promovam o conjunto de empresas mais inovadoras e com capacidade de exportação, naturalmente de dimensão média a nível europeu (*i.e.*, “MidCaps”), mas capazes de introduzir novos processos e produtos e de alcançar uma nova escala de operação;
- ✓ garantir a capitalização dessas empresas, possibilitando a aposta no investimento inovador, e promovendo o crescimento empresarial, a densificação das redes de conhecimento e a recomposição das cadeias de valor.

Torna-se fulcral aposta em projetos de investimento com dimensão suficiente para acelerar a transformação estrutural da economia portuguesa e temos atualmente vários exemplos de programas que devem ser potenciados para atingir este objetivo. Falo do Programa **Interface** que inclui os Laboratórios Colaborativos mas também os vários projetos mobilizadores de inovação e produtividade, de pequena e média dimensão, que existem no terreno e poderão providenciar transferência efetiva de conhecimento para o tecido empresarial, resultando em serviços e produtos com um real impacto na economia, na coesão territorial e na valorização do interior.

A implementação de **Agendas e Programas Mobilizadores** deverá ser continuamente articulada com diferentes investimentos e fundos públicos, designadamente:

- ✓ O Programa de Recuperação e Resiliência;

- ✓ O novo **Quadro de Financiamento Plurianual (2021-2027)**, através de fundos comunitários de gestão descentralizada (programa interface e sistemas de incentivos às empresas; mecanismos de apoio à ciência e formação avançada; mecanismos de apoio ao ensino superior, incluindo apoios sociais);
- ✓ **Fundos comunitários de gestão centralizada** (Programa Horizonte Europa, Programa Europeu do Espaço, Programa Europa Digital, ou Programa ERASMUS+);
- ✓ **Fundos nacionais** (FCT: apoio a atividades de I&D, instituições e infraestruturas de C&T, compras públicas a empresas nacionais com base no financiamento nacional de organizações internacionais; outros fundos: IAPMEI, AICEP, ANI,...).

A operacionalização destas Agendas Temáticas é fundamentada na identificação, apoio e promoção de um conjunto muito seletivo de projetos de investimento com dimensão suficiente para acelerar a transformação estrutural da economia portuguesa e de promoção da Coesão Territorial.

Assim, representa uma oportunidade única de reduzir as assimetrias entre o litoral e o interior, particularmente através do dimensionamento dos ciclos de desenvolvimento apoiados no trabalho conjunto das Universidades, Politécnicos e Centros Tecnológicos e de Inovação, instalados em cidades do Interior de Norte a Sul do país.

Os modelos de investimento deverão privilegiar a endogeneização de tecnologia, o desenvolvimento científico, a industrialização do conhecimento e o trabalho em rede (autarquias, comunidades intermunicipais e entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional), assim consolidando a implementação de projetos integrados que verdadeiramente concretizem o potencial destes espaços geoeconómicos.

Esta transformação tecnológica e económica terá como pilares os setores de atividade nacionais com maior potencial, alguns identificados no programa EXPANDIR (Programa de Expansão de Projetos de Amplitude Nacional para o Desenvolvimento do Interior), recentemente aprovado na RCM nº 106/2020 de 14 de dezembro:

De acordo com este Programa, a seleção dos eixos de consolidação da capacidade instalada está alicerçada em núcleos representativos da capacidade produtiva em diferentes setores, considerados como eixos de desenvolvimento regional e que:

- a) Envolvam diferentes agentes, entre outros, representantes da indústria, do turismo, do setor agroflorestal das instituições de ensino superior e das

entidades de interface, particularmente as de transferência de tecnologia e inovação;

- b) Apresentem uma óbvia potencialidade de criação de emprego;
- c) Reúnam as condições adequadas à implementação de uma estratégia de internacionalização;
- d) Estejam completamente capacitados para a digitalização de processos e serviços;
- e) Demonstrem capacidade de expansão, em particular através da aplicação de tecnologia e inovação produtiva;
- f) Tenham historial de captação de financiamento a diferentes níveis;
- g) Se assumam como referências de amplitude nacional em cada uma das áreas específicas que representam;
- h) Contribuam para a descarbonização e circularidade da economia, incluindo a promoção de simbioses industriais e uso em cascata dos recursos;
- i) Promovam a adaptação do território e da economia às alterações climáticas através do aumento da resiliência e redução das vulnerabilidades aos seus efeitos.

Numa primeira fase, e sem prejuízo da identificação futura de outras realidades com potencial similar aos seguintes, o programa EXPANDIR, será instituído nos seguintes contextos territoriais e temáticos:

- a) Bragança, Beja, Castelo Branco, Santarém e Évora e a região do Douro, nas áreas agrícola e florestal;
- b) Fundão, na área digital;
- c) Viseu e Vila Real, como paradigmas de cidades do futuro;
- d) Covilhã e de Castelo Branco, como polo de inovação das ciências biomédicas;
- e) Elvas, como centro de novas culturas, atividades agrícolas e produtos naturais;
- f) Chaves, Vidago, Curia, Pedras Salgadas, Luso, Manteigas, Monchique e São Pedro do Sul, entre outras, na área das águas termais com uma oferta de turismo de bem-estar compatível;
- g) Montesinho, na área da valorização dos recursos e valores naturais;
- h) Vale do Côa, como polo de valorização do património arqueológico, da paisagem agrícola e do território;

- i) Vilar Formoso, Guarda, Almeida e o Alto Minho, como plataformas de acesso ao mercado ibérico;
- j) Évora e Portalegre, nas áreas da inovação tecnológica na agricultura, transição energética e valorização do património cultural;
- k) Évora e Ponte de Sor, nas áreas da aeronáutica e da economia do mar;
- l) Pinhal Interior, estendendo -se a Vila Velha de Ródão nas áreas da bioeconomia sustentável e do setor florestal;
- m) Polos da Rede de Inovação de Santarém, de Serpa e de Mirandela, na área da produção animal.

O investimento em programas mobilizadores associado a plataformas tecnológicas deve ser feito em áreas onde exista capacidade efetiva para o desenvolvimento de projetos de maior dimensão e de maior impacto, incluindo “MidCaps” e instituições científicas com capacidade para alavancar uma agenda mobilizadora de industrialização e gerar produtos e serviços com potencial exportador.

É essencial o reforço da investigação para fazer face às exigências impostas pela crise sanitária, e para sustentar o desenvolvimento económico e social, impulsionar a transformação digital e lutar contra as alterações climáticas, em prol da nossa resiliência coletiva e do desenvolvimento de soluções para uma vida mais saudável. Envolver mais instituições, mais empresas e transformar a Europa no líder mundial de investigação científica.

As agendas mobilizadoras devem estar orientadas para resolução dos atuais problemas sociais, para o reforço das capacidades tecnológicas, ou para a inovação industrial, visando Clima, Energia e Mobilidade, Digital, Indústria e Espaço, Cultura, Criatividade e Sociedade Inclusiva, Saúde, Biotecnologia verde e Agricultura e floresta sustentáveis.

É imperativo conseguir um maior envolvimento das empresas e dos cidadãos, dinamizando o trabalho em rede, diferenciado, e envolvendo mais agentes do que aqueles diretamente ligados à academia.

É necessário aperfeiçoar as estratégias de constituição de consórcios, incluindo a seleção de tomadores de tecnologia adequados, fazendo evoluir o paradigma de parceria entre IES, empresas e instituições públicas, para que se fundamente em questões nucleares como a investigação, inovação e internacionalização dos novos produtos ou sistemas a desenvolver.

Deverá privilegiar-se a aposta em inovações disruptivas, mas sempre considerando a necessidade de apoiar todo o ciclo, incluindo as fases de investigação, criação de produto ou desenvolvimento de sistema, fase piloto, e implantação e expansão no ecossistema nacional e internacional.